

“NÃO HA GRAÚDOS OU CARCARÁS, HA CONSERVADORES”: A CISÃO DOS CONSERVADORES DO CEARÁ E A UNIÃO DOS CONSERVADORES DA CORTE (1863 - 1885)

“NO HAY GRAÚDOS O CARCARÁS, SOLO HAY CONSERVADORES”: LA DIVISIÓN DE LOS CONSERVADORES DE CEARÁ Y LA UNIÓN DE LOS CONSERVADORES DE LA CORTE (1863 - 1885)

Alisson Freitas da Silva¹

Resumo: O Partido Conservador do Ceará dividiu-se em 1863 em duas alas: os Graúdos e os Miúdos (Carcarás). A convivência entre esses “grupos de mesma bandeira” era marcada por um forte antagonismo, o que ficou registrado na literatura, correspondências, imprensa e outras fontes. De forma frequente, as disputas conservadoras no Ceará geraram solicitações de união por parte de políticos da Corte. Logo há uma diferença entre aquilo praticado à nível local e aquilo almejado à nível nacional. O presente trabalho em fase inicial de desenvolvimento tem o objetivo de investigar a interação entre conservadores cearenses, bem como a relação destes com a política imperial. Percebeu-se de forma inicial que, da mesma forma que os políticos da província eram pressionados, nem sempre seguiram as recomendações externas.

Palavras-chave: Partido Conservador; Ceará; Corte.

Resumen: El Partido Conservador de Ceará se dividió en 1863 en dos facciones: los "Graúdos" y los "Miúdos" (Carcarás). La coexistencia entre estos grupos, a los que se les atribuía una fuerte animosidad, documentada en la literatura, la correspondencia, la prensa y otras fuentes. Con frecuencia, las disputas entre los conservadores de Ceará generaban peticiones de unidad por parte de los políticos de la Corte. Por lo tanto, existía una diferencia entre lo que se practicaba a nivel local y lo que se deseaba a nivel nacional. Este trabajo, en sus etapas iniciales de desarrollo, busca investigar la interacción entre los conservadores de Ceará, así como su relación con la política imperial. Inicialmente se observó que, si bien los políticos de la provincia estaban presionados, no siempre seguían las recomendaciones externas.

Palabras clave: Partido Conservador; Ceará; Corte; Disputas partidistas.

¹ Mestre em História, Culturas e Espacialidades, PPGHCE - UECE, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7071411857452848>, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6229-2286>, e-mail: alissonfreitas181903@gmail.com.

1. INTRODUÇÃO

No dia 25 de setembro de 1863, o jornal liberal *O Cearense* informava: “CONSTITUIÇÃO. - Apareceu um jornal d’este nome, dizem que de redação do Sr. Dr. Jaguaribe, para sustentar as ideias do partido conservador. comprimentamos ao nobre contemporaneo” (NOTICIÁRIO, 25 de set. 1863, p. 01). O artigo diz respeito de algo aparentemente trivial, no cotidiano de uma cidade que já dava indícios da chegada de elementos mais urbanos, como o surgimento de mais um jornal entre tantos outros que existiam na cidade de Fortaleza. Por outro lado, o surgimento dessa nova folha política revela, naquele contexto, o aparecimento de uma dissidência no Partido Caranguejo², como era conhecido o Partido Conservador do Ceará.

Dos grupos e figuras influentes que dominavam o conservadorismo local, podem ser citados Antonio Rodrigues Ferreira (Boticário Ferreira), Jeronymo Martiniano Figueira de Mello, Domingos José Nogueira Jaguaribe, Francisco Fernandes Vieira (Visconde de Icó) e seu filho, Miguel Fernandes Vieira. Nos atendo a esses dois últimos nomes, provinham de poderosa e numerosa família que desde a década de 1840 figurava com um dos principais clãs detentores de cargos públicos na província. De certa forma, essa família centralizava as importantes decisões políticas em seu seio, não deixando de empalmar o poder sempre que podia. Seus componentes estavam espalhados em postos de governança: promotorias públicas, forças policiais, Guarda Nacional, funções camarárias e no executivo provincial.

Em 1862, Miguel Fernandes Vieira foi nomeado senador do império e faleceu após alguns meses. A partir desse momento, é seu cunhado, Gonçalo Baptista Vieira, que toma o posto de liderança desse influente grupo político, fazendo com que o projeto de poder “quase familiar” continuasse. Deter os postos públicos significava estar mais perto da vitória eleitoral, mesmo que se utilizasse de fraudes ou violência como estratégia (MONTENEGRO, 1980). Era corriqueiro nos sertões cearenses controlar agentes públicos utilizando-os para intimidar a população para votarem em seus candidatos. Outra forma de influenciar os pleitos era a partir da imprensa, onde o representante do Partido Conservador era o jornal *Pedro II*, uma das mais tradicionais folhas políticas do período.

² Chamava-se o partido conservador cearense de “Partido Caranguejo” de forma pejorativa, haja vista que falava-se que o conservadorismo detinha uma visão pouco dinâmica da sociedade e preferia poucas mudanças no *status quo* e um maior controle por um poder central forte. Isso era comparado ao “andar para traz” do crustáceo.

É possível que todo esse domínio tenha gerado insatisfação em outros nomes do conservadorismo, o que por consequência, acabou por formar reação contrária dentro do próprio Partido Caranguejo. Em 1863, Domingos José Nogueira Jaguaribe (político conservador experiente) e Joaquim da Cunha Freire (comerciante e conservador) encabeçaram uma dissidência. É nesse contexto que localiza-se o que denominamos de “cisão conservadora no Ceará”. De um lado estavam os Graúdos ou *Adiantados*³ (Cunha Freire e Jaguaribe), enquanto do outro, temos os Miúdos ou *Carcarás* (Fernandes Vieira). O *A Constituição*, criado pelos Graúdos fazia frente aos Fernandes Vieira, que defendiam suas ideias no já tradicional jornal *Pedro II*, onde até o momento não localizamos dando boas-vindas ao novo concorrente em 1863.

A historiografia cearense tem retratado os partidos locais do período imperial, de certa forma, com uma imagem predominante: grupos rivais que não possuem grande diferenças ideológicas entre si; forte antagonismo entre os grupos; grupos políticos formados por laços de sangue ou amizade que se organizavam em volta de uma figura, que por sua vez, detinha influência, riqueza e extensas redes de sociabilidade (MONTENEGRO, 1980; BARROSO, 1984; FERNANDES, 2004; MENEZES, 2006; FARIAS, 2015).

Se por um lado o artigo converge no mesmo sentido interpretativo, por outro tem seu foco em ângulo pouco abordado: a união entre os grupos conservadores do Ceará ao longo da segunda metade do século XIX. A partir de correspondências, jornais, manifestos e outras fontes, percebeu-se que em poucos e curtos contextos, Graúdos e Miúdos, “apesar dos ódios”, formalizaram união entre si.

De modo inicial, verificou-se que esses momentos de união, além de movimentações estratégicas no campo político, eram também perpassados pela pressão e influência de personagens de fora da província. A pesquisa busca estabelecer um novo olhar para a política do Ceará Oitocentista, refletindo sobre as visões de união e desunião presentes no cotidiano dos conservadores locais. Afinal, em um cotidiano onde os grupos políticos disputavam o poder, unir-se aos adversários poderia significar uma estratégia política para se manter no poder, bem como um recado aos políticos da Corte.

³ Os Graúdos denominavam-se *Adiantados*, pois eram “mais abertos” do que o ramo tradicional do partido, aproximando-se em alguns contextos de posições mais liberais e menos emperradas.

2. OS PRIMEIROS ANOS DO RACHA INTRACONSERVADOR NO CEARÁ

Buscando rastrear o ambiente entre os dois grupos conservadores logo após a cisão de 1863, recorreremos à imprensa local, por onde se pode vislumbrar as ações cotidianas de Miúdos e Graúdos. O jornal *Pedro II* ganhou um concorrente com o surgimento do *A Constituição*. O primeiro surgiu “sustentando idéias como ordem, constituição, monarquia e os direitos dos cearenses”, enquanto que o segundo apregoava “a idéia de uma possível monarquia constitucional, defendida segundo os princípios do constitucionalismo fincado no Liberalismo Clássico” (FERNANDES, 2004, p. 71 e 85).

Na primeira edição do *Constituição*, lê-se:

Aquelles, que acompanharam a direcção dada pelo Sr. Padre Pompeu ao periodico *Cearense*, devem lembrar-se da matinada, que constantemente fazia esse Sr. contra nosso sempre lembrado amigo o finado senador Manoel Fernandes Vieira e sua família à pretexto de que pretendiam absorver a dominação dessa provincia. [...] (NEPOTISMO..., 24 de set. 1863, p. 02).

Apesar da divisão, pode-se encontrar elogios à Manoel Fernandes Vieira, uma das principais figuras do *Pedro II* que havia falecido em 1862. Considerando que os liberais dominavam a província no período, pode-se conjecturar que, o principal alvo eram os liberais, seu jornal e suas ideias. Por outro ângulo, é possível que, buscando chamar atenção do eleitorado conservador, ao elogiar Manoel Vieira, os redatores do jornal graúdo buscassem expor uma espécie de validação ou ligação histórica com o “ramo velho” do partido. Curiosamente, os graúdos se denominavam de “conservadores adiantados” em contraposição ao seu passado Caranguejo. Nesse sentido, ao mesmo tempo que anunciavam sua origem como grupo, se mostravam como evolução do mesmo.

Ao se analisar a relação entre os jornais *Pedro II* e o *Constituição* nos primeiros anos após a cisão conservadora na província, podemos encontrar artigos que indicam, se não grande rivalidade, boa convivência entre ambos, principalmente quando os liberais atacavam o conservadorismo local.

Os illustres redatores destes dous periodicos, órgãos legitimos do partido constitucional do Ceará, foram deliberadamente offendidos por um Sr. X que no furor de defender a candidatura do Sr. Dr. Sinval Odorico de Moura não guardou razão nem conveniencias (O PEDRO 2º..., 20 de jul. 1865, p. 03).

O ultimo *Cearense* [...] Apresenta um espectaculo bem raro! Enquanto se diz e amigo e o sustentador da actualidade, deplora que a imprensa conservadora não acuse o actual presidente! He um novo meio de ser amigo, que S. Exc. o Sr. Dr. hoem de Mello deve agradecer-lhe, este de desejar-lhe qye nós e o colega do *Pedro II* creemos embaraços á

administração de S. Exc.! [...] O partido conservdor do Ceará não deve ao Sr. Dr. Homem de Mello favor algum; S. Exc. em sua administração não achou ainda um só conservador, em quem recahisse uma só nomeação. [...] De 12 commandantes superiores da província, 7 são liberais [...] nesta porção esta o resto da província (A CONSTITUIÇÃO, 05 de dez. 1865, p. 01).

Chama atenção o trecho no qual o jornal considera tanto Graúdos como Miúdos órgãos legítimos do conservadorismo local, bem como o tratamento cordial de “colega”. Autores distintos abordam o ambiente de disputas e de hostilidade entre Graúdos e Miúdos em seus diferentes aspectos (MONTENEGRO, 1980; FERNANDES, 2004; MENEZES, 2006). Contudo, parece-nos, nesse primeiro momento que, mesmo divididos, os conservadores tinham como alvo a hegemonia do Partido Liberal - o segundo trecho é indicativo desse cenário ao abordar a falta de nomeações.

Mesmo com a cisão conservadora do Ceará no início da década, pode-se verificar clima mais hostil entre conservadores e liberais do que entre os próprios conservadores. É possível que a partir de 1868, as contendas e diferenças pouco localizadas nas páginas de seus jornais tenham ganhado mais força. Durante a Guerra do Paraguai, em 1868, D. Pedro II dissolveu o Gabinete Zacarias de Góes (liberal) e instalou o Gabinete Itaboraí (ultraconservador), em 16 de julho de 1868, marcando o retorno dos conservadores à uma das principais engrenagens políticas do império: o Conselhos ou Gabinete de Ministros. A hipótese é que, a partir desse momento, as alas conservadoras do Ceará passaram a ter o que disputar entre si. É nesse período onde estão localizados as principais contendas e ataques entre Graúdos e Miúdos.

3. A INVERSÃO CONSERVADORA DE 1868 E SUAS REVERBERAÇÕES NO CEARÁ

Uma das principais características políticas vigentes durante o Segundo Reinado, era o estabelecimento de períodos de alternância entre os partidos políticos do Império. Conservadores e Liberais revezavam-se no exercício do poder de tempos em tempos. Esse revezamento partidário era feito sob a vigilância do imperador D. Pedro II, que quando necessário, dissolvia a Câmara, os gabinetes ministeriais e logo depois ordenava a composição de um novo corpo político com base na dinâmica partidária de momento. Era dessa forma que os dois grandes partidos do império se alternavam no poder, em uma espécie de “falso equilíbrio”.

Ao realizar a troca do Gabinete Zacarias de Góes (liberal) pelo Gabinete Itaboraí (ultraconservador), o monarca teria quebrado essa dinâmica equilibrista.⁴ Ocorreu nessa ocasião o que se convencionou chamar de Inversão Conservadora, haja vista que em uma “puxada de tapete”, Pedro II retirou o poder dos liberais e deu-o aos conservadores. O acontecimento atingiu as bases do sistema político brasileiro e teria iniciado a derrocada política que, mais tarde, viria a interferir nos momentos finais do império (HOLANDA, 1977; CARVALHO, 2003; BARMAN (2012).⁵

Com a Inversão, os conservadores passaram à comandar o Conselho de Ministros, e consequentemente o mesmo se repetiu nas províncias. No Ceará, o liberal Liberato de Castro Carrera⁶ registrou a instalação do governo conservador naquele ano:

No dia 30 de Julho de 1868 chegou a noticia da inversão politica do paiz. [...] Na derrama feita pelo imperio dos desbravadores de provincia, tocou ao Ceará o **Sr. Gonçalo Baptista Vieira, para 1º vice-presidente, Joaquim da Cunha Freire, para 2º**, e o Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra, para 3º. [...] Foi nomeado presidente o Dr. Diogo Velho Cavalcanti de Albuquerque (CARRERA, 1869, p. 20 - 23, grifos nossos).

Observa-se que, tanto o líder dos Miúdos como o dos Graúdos ocupavam posições chave no executivo provincial, algo comum durante os anos posteriores. Além dos postos de Vice-presidentes de Província, tesourarias, promotorias, juizados, destacamentos policiais passaram às mãos do partido. De acordo com Castro Carreira (1869), referenciando números publicados pelo o jornal liberal O Cearense, foram realizadas pelo governo interino⁷ de Gonçalo Baptista Vieira ocorreram 865 demissões de liberais por toda a província.

Ao descrever sobre os Vice-Presidentes de Província em 1868, Liberato de Castro Carreira assinalou que Gonçalo Baptista Vieira “era um dos homens mais notáveis da provincia pela sua fortuna e independencia”, enquanto que Cunha Freire era sujeito sem os “primeiros rudimentos de uma educação litteraria” e não tinha a habilidade para governar a província. Por isso, sustentava-se no poder de sua fortuna, que cegava até ministros do

⁴ É importante informar que a troca de gabinetes se deveu a questões políticas entre conservador Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias (general das tropas brasileiras no Paraguai) e o liberal Zacarias de Góes (chefe de governo). O episódio deu fim ao que ficou conhecida como Liga Progressista. Ler: <https://mapa.an.gov.br/index.php/assuntos/15-dicionario/65-dicionario-da-administracao-publica-brasileira-do-periodo-imperial/297-partidos-politicos-no-periodo-imperial>

⁵ A criação do Partido Republicano em 1870 é uma das reverberações da intromissão do Imperador na política partidária naquele contexto.

⁶ Castro Carreira vinha de família influente no Partido Liberal do Ceará e foi, posteriormente, eleito deputado.

⁷ Diogo Velho Cavalcante assumiu posteriormente a província como titular

império (1868, p. 20). A Inversão Conservadora possibilitou que os conservadores do Ceará voltassem ao centro das decisões políticas entre 1868 e 1878. Graúdos e Miúdos disputaram os postos de Vice-presidência e por ele articularam as ações de seus grupos. Apesar dos Miúdos saírem na frente, com Gonçalo Baptista Vieira como presidente interino logo após a Inversão, entre 1869 e 1874 Joaquim da Cunha Freire foi por sete vezes nomeado Presidente interino do Ceará (SILVA, 2025), o que deu grande poder aos Graúdos.

A localização de cartas desse período nos dá o vislumbre da disputa travada entre os grupos conservadores da província.

Teve lugar a eleição e realizou-se tudo que a VEx.a expuz, devido aos esforços que empregamos, cujo resultado tem causado viva supresa, sobre tudo para com aquelles que duvidavão do valor de nossos amigos, e confirmando aos **Srs. Fernandes Vieira que ficão sabendo que o Ceará não é feitoria d'elles**. [...] finalmente o Ceará se habilita e deixa de eleger candidatos na pessoa de outros.

Não desejamos a luta com os Im.mos Fernandes Vieira, é certo que não acusamos, ao contrario estamos despostos a iniciar, e assentarmos nossa politica de modo claro e digno. [...]. **Elles já declararão antes da eleição que estarão separados de nós** [...]. (FREIRE, 23 de nov. 1870, grifos nossos).

A carta enviada por Joaquim da Cunha Freire ao senador e conservador cearense Jeronymo Martiniano Figueira de Mello se refere às eleições ocorridas no dia 20 de novembro de 1870. De acordo com os jornais do período, o embate eleitoral ocorreu contra Gonçalo de Lagos Fernandes Bastos, da família Fernandes Vieira, e um dos redatores do Pedro II. Além de registrar a vitória dos Graúdos na dita eleição, fica evidente o revanchismo intrapartidário vigente naquele momento.

Um mês depois, Cunha Freire pediu ao mesmo senador proteção para Henrique Pereira de Lucena (então Chefe de Polícia e futuro Barão de Lucena). Registra que seu correligionário era um desafeto daquela família e por isso, em forma de favor, solicitava proteção e ação preventiva de Figueira de Mello. (FREIRE, 23 de dez. 1870).

Um dos diferentes episódios que elucida de forma importante essas diferenças, remete à instalação da Lei n°. 2040, de 28 de setembro de 1871, também conhecida como Lei do Ventre Livre. José Maria da Silva Paranhos (1819-1880), o Visconde do Rio Branco, era um político conservador moderado e que publicamente tinha postura emancipacionista. Após preponderante atuação durante a Guerra do Paraguai, subiu à chefia do Conselho de Ministros em 07 de março de 1871 com a missão de encaminhar o ainda projeto de lei.

Apesar de cauteloso, conciliador e do êxito nos encaminhamentos, suas ações desagradaram lideranças do partido, como Barão de Cotegipe, Paulino Soares de Sousa, Andrade Figueira e outros conservadores mais extremados e afeitos às defesas da propriedade privada e do sistema escravista (PEDROSA, 2018). Das figuras que compunham seu grupo de ministros, citamos o cearense Domingos José Nogueira Jaguaribe (um dos líderes do partido graúdo em 1863) na pasta de Guerra, e o pernambucano João Alfredo Corrêa de Oliveira ocupando a pasta dos Negócios do Império.

No Ceará, é certo que o encaminhamento do projeto gerou embates e dividiu opiniões. Gonçalves Baptista Vieira e os Miúdos se posicionaram contra o Gabinete Rio Branco e aderiram às ideias de Cotegipe, Paulino Soares e Andrade Figueira (STUDART, 1985). Cunha Freire e os Graúdos, ligados aos ideais defendidos pelo Gabinete Rio Branco⁸ É nesse contexto que localizamos uma solicitação de união vinda da Corte. Em carta, o Ministro João Alfredo Corrêa de Oliveira, buscava direcionar e mediar a situação entre conservadores do Ceará.

Devolvo a carta que V.Ex dirigiram os Senhores Cunha Freire e Gonçalves da Justa, e que eu li com atenção, logo que V.Ex. daqui saiu. **Insisto no que disse a V.Ex., e que é pensamento do governo. Não podemos animar a política de grupos, e empregarmos todos os meios convenientes e legítimos para união do partido conservador.** Confio muito no tino e na prudência do Sr. Wilkns de Mattos, e espero que ele procederá sempre de acordo com o governo.

Conto que, fazendo-se justiça a ambos os grupos conservadores, e aproveitando-se o merecimento de um e de outro lado, conseguiremos o nosso *desideratum*.

Para mim e para meus colegas não ha graúdos ou carcarás, ha conservadores que devem ser tratados com igualdade [...] (OLIVEIRA, sem datação).⁹

Endereçada ao então Presidente da Província do Ceará, José Antonio de Calasans Rodrigues (Barão de Taquari), a carta alerta sobre os cuidados da falta de imparcialidade para com os grupos conservadores locais e demonstra o olhar do governo central e do Gabinete Rio Branco: as brigas entre Graúdos e Miúdos deveriam ser esquecidas pelo bem estar geral do partido, e para isso, o Presidente (representante da Corte em solo cearense)

⁸ O que não significa dizer que os conservadores Graúdos eram abolicionistas. Trata-se aqui de movimentos políticos de grupos, que por vezes, estão ligados à razões e objetivos eleitorais. Cunha Freire foi um dos principais escravistas do Ceará e parte considerável de sua riqueza era proveniente do comércio de escravizados.

⁹ A possível data de envio da carta se localiza entre os meses finais de 1871 e o início de 1872.

deveria assumir postura prudente e moderada. O paraense João Wilkens de Mattos, que presidia a Província do Amazonas, foi aquele escolhido para manter a postura descrita pelo ministro.

Ao analisarmos as chapas eleitorais formadas para as eleições ocorridas em dezembro de 1871, é evidente que a solicitação de união não havia passado de tentativa.

Figura I: CHAPAS CONSERVADORAS EM 1871

<i>Chapa conservadora.</i>	
	vozes:
Padre Bessa	388
Dr. Francisco Gonçalves da Justa	253
Condego Antonio Nogueira de Braveza	250
Dr. Manoel Soares da Silva Bezerra	244
" Antonio Coelho Machado da Fonseca	243
Dr. José Piauhylino M. Magalhães	241
Commendador João Antonio Machado	240
Dr. Tristão de Alencar Araripe Junior	238
Coronel José Nunes de Mello	237
Dr. Antonio Benicio S. Leão C. Branco	236
" Manoel de Souza Garcia	233
Dr. Samuel Felipe de Souza Uchôa	230
<i>Chapa dissidente.</i>	
	vozes:
B. do Aquiraz	210
Dr. Mendes	204
J. Severiano	204
Guãvo	202
Dr. Portugal	201
M. Barroso	196
Costa Mendes	195
Dr. Moura	195
Tenente coronel João Paulino Leal	187
Dr. Joaquim Pereira	186
Nogueira Pinheiro	185

FONTE: ELEIÇÕES..., 23 de dez. 1871, p. 03.

O recorte considera o resumo de alguns colégios eleitorais da província como o de Fortaleza, Maranguape, Aquiraz, Cascavel, Aracaty, São Bernardo (Russas), Quixeramobim, Maria-Pereira, Saboeiro e São João do Principe (Tauá). A notícia, colhida do jornal Constituição, nomeia seus candidatos de "Chapa conservadora", enquanto que os candidatos do grupo Miúdo são denominados de "dissidentes".

A chegada de Wilkens de Mattos nas primeiras semanas de 1872 gerou manifestações na imprensa conservadora. Enquanto o jornal graúdo noticiou a chegada dando boas vindas e informando sobre a comitiva de recepção e cerimonial de posse (PRESIDENTE..., 12 de jan. 1872, p. 02). O *Pedro II* direcionou palavras em tom distinto.

[...] chegou hontem, do Rio de Janeiro, no vapor Cruzeiro do Sul, e toma hoje posse do seu cargos o Exm. comendador Wilkens de Mattos [...]. Cumprimentamos a S. Ex. e fazemos votos para que em sua administração, corresponda as vistas do governo [...] Não encontra S. Ex. em condições regulares, politicamente fallando. Os **conservadores genuinos e historicos**, inteiramente estranhos ao que se passa ,’ administração, **apeados de todas as posições officiaes**, porque não querem sujeitar se ao predomínio de uma familia, que aspira dirigir a província como uma feitoria; os conservadores, dizemos, **reduzidos n’actualidade as mais duras provanças do que os liberaes** (PEDRO II, 12 de jan. 1872, p. 01, grifos nossos).

Para os Miúdos, o recém chegado deveria posicionar-se de forma justa, parcial e que buscasse melhorar a posição de seu grupo, que denominam de “conservadores genuinos e históricos” - como forma de deslegitimar o outro grupo, menções como dissidência, aventureiros políticos ou oportunistas eram comuns. Em poucos dias de governo, *O Cearense* dá indícios sobre a situação de Mattos com os grupos conservadores locais.

O senhor Wilkens de Mattos anda assombrado. O Sr. Barão de Aquiraz conta-lhe uma historia; o Sr. J. da Cunha conta-lhe outra. o Sr. Gustavo fecha-lhe a carranca. O Sr. Torres Portugal *arrasta-lhe as azas*; o Sr. Justa, da camara, falla-lhe ao ouvido; o Sr. J. Severiano *ronca-lhe* ao ouvido esquerdo...e o ex presidente do Amazonas olha para toda esta gente espantado!

Onde estou eu metido, meu Deus?!

(COUSAS E LOUSAS, 21 de jan. 1872, p. 03).

Mesmo que haja certo exagero no artigo satírico do jornal, é certo pensar que essas linhas são representações do ambiente político instalado na província, onde na luta pelas posições de mando, Miúdos e Graúdos buscavam que suas condições e estratégias (nomeações, auxílios em eleições, dentre outras questões) fossem aceitas. Meses mais tarde, já com as notícias de partida de Mattos, o *Pedro II* publicava que Mattos havia se entregado nos braços da facção governista (os Graúdos) e que havia cometido crimes eleitorais em prol da vitória do citado grupo. Um dos crimes citados foi a suspensão do presidente da câmara de Sobral por meio de acusações falsas (PEDRO II, 26 de out. 1872. p. 01).

Não tomamos aqui nenhuma das declarações e notícias como verdade absoluta. Ambos os jornais eram partidários, e além do compromisso de informar, obedeciam também aos objetivos de seus proprietários e diretores. Nesse sentido, os periódicos se tornam fontes privilegiadas de análise sobre a política do período, haja vista que, da mesma forma que revelam verdades e aspectos cotidianos, podem ter objetivos de “*construir*

meias-verdades, de silenciar sobre certos fatos e não outros, de selecionar e redefinir a informação a ser transmitida. A um só tempo, os jornais retratam e elaboram representações da realidade” (BARROS, 2023, p. 12 e 13).

Entre 1869 e 1874 Joaquim da Cunha Freire governou o Ceará interinamente por 7 vezes, o que nos faz crer que os Miúdos foram nesse momento o grupo conservador em segundo plano. Ao noticiar sobre a posse do Presidente Heraclito Pereira da Graça em 1874, o *Pedro II* registrou: “Terminou nesse dia o reinado do Sr. barão de Ibiapaba, que quase se perpetua no poder” (JURAMENTO..., 25 de out. 1874, p. 03). O grupo que estava margeado do poder, via possibilidade de melhorias com a chegada do novo presidente e a saída de seu rival de uma posição de prestígio. Durante os anos 1870, de um lado estavam os Miúdos, “ramo velho” e mais vermelho¹⁰ do partido, e que sustentava-se na influência política da tradicional oligarquia dos Fernandes Vieira e na figura do Barão de Aquiraz. Do outro lado, os Graúdos, mais moderados - e tão oligarcas quanto seus “adversários de mesmo partido” -, confiavam na influência e riqueza do Barão de Ibiapaba.

Ao considerar a política brasileira durante o império, Ferraro (2010) descreve dois tipos de conservadores: “conservadores de tipo antigo” e “conservadores de novo tipo”. Os primeiros, possuem referência dos políticos saquarema, conservadores emperrados que dominaram a política imperial e que defendiam um Estado rígido e manutenção do *status quo*¹¹; já os segundos, os de “novo tipo” eram aqueles de visão mais flexível e que convergiam com certos preceitos do liberalismo, e até mesmo do Partido Liberal.

Guardadas as proporções e generalizações, haja vista consideramos dois grupos compostos por grande número de representantes espalhados pela província, pode-se dizer que os Miúdos eram “conservadores de tipo antigo”, enquanto que Graúdos eram “conservadores de novo tipo”. Os Miúdos convergiam com as visões de Itaborahy (gabinete de 1868) um dos últimos representantes da política saquarema, enquanto que os Graúdos eram afeitos aos gabinetes Pimenta Bueno (1870/71) e principalmente ao do Visconde do Rio Branco (1871/75), que teve Figueira de Mello e Jaguaribe em seu ministério. Não à toa, Os Graúdos ascenderam politicamente e expandiram suas redes de poder no período (SILVA, 2025).

¹⁰ A expressão vermelho ou emperrado se refere à postura mais extremada, rígida ou sisuda em relação à política, como serem contrários à abolição.

Se por um lado havia o desejo de unir o partido e adequá-lo aos direcionamentos da Corte em prol de vitórias parlamentares e maioria nas eleições provinciais. Ideia essa defendida na Corte; por outro lado, havia divergências políticas que para além de perpassar o cotidiano, eram infundadas minimamente, nas visões políticas de cada ala conservadora. Durante a década de 1880, período de crise política mais acentuada do Império, a pressão por união tornou-se mais frequente, sendo registrada em correspondências, telegramas, na imprensa e em discursos de políticos.

4. O “PERÍODO DAS CIRCUNSTÂNCIAS” E O ABOLICIONISMO DE CADA UM

Aproximando-se dos finais da década de 1870, mais especificamente em 1878, a sequência de ministérios conservadores foi desfeita. Uma das motivações foi a não aceitação dos conservadores em encaminhar um projeto de reformulação do voto, que se queria direto naquele momento. Dessa forma, o 3º Gabinete Caxias foi dissolvido e o Gabinete Sinimbu (liberal) foi instalado em janeiro (FERRARO, 2010). Se instalava ali o que se convencionou chamar de Septênio Liberal (1878 - 1885¹²), sequência de ministérios liberais que encabeçaram uma série de reformas e debates a cerca do voto, da educação e do fim da escravidão no Império do Brasil. Buscando modificar elementos e setores sensíveis da sociedade do período, os planos de reforma não foram encarados de forma benéfica por parte da elite econômica e política, o que acabou por instalar “aguda instabilidade” e “falta de sustentação” dos gabinetes liberais junto ao Parlamento, haja vista que os próprios liberais discordavam das reformas (FERRAZ, 2017, p. 73 e 74).

Foi nesse contexto que os liberais do Ceará também se dividiram em dois grupos: Paulas e Pompeus, respectivamente liderados por Antonio Joaquim Rodrigues Junior e Antonio Pinto Nogueira Accioly. Ambos eram representantes da elite política cearense e ligados a tradicionais oligarquias: Rodrigues Jr. era herdeiro político de Francisco de Paula Pessoa¹³, enquanto que Accioly era genro e sucessor do Senador Pompeu. A cisão dos liberais uniu-se à divisão já existente de conservadores, fazendo com que no Ceará, os dois grandes partidos do império apresentassem quatro parcialidades, além de fazer surgir nova

¹² João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu (jan/1878–mar/1880), José Antônio Saraiva (mar/1880–jan/1882), Martinho Álvares da Silva Campos (jan/1882–jul/1882), João Lustosa da Cunha Paranaguá (jul/1882–maio/1883), Lafayette Rodrigues Pereira (maio/1883–jul/1884), Manuel Pinto de Sousa Dantas (jul/1884–maio/1885) e Saraiva (maio–ago/1885)

¹³ Francisco de Paula Pessoa, foi chamado de “Senador dos Bois”, haja vista ser proprietário de grande quantidade de cabeças de gado. Eram seus irmãos João de Andrade Pessoa Anta e José Raimundo Pessoa de Andrade, ambos também foram políticos e proprietários de terra e animais em Sobral.

disputa na imprensa: o tradicional jornal *Cearense* pertence ao grupos Paula, enquanto que o *Gazeta do Norte* foi criado pelo grupo Pompeus.

A ausência de diferenciação prática entre os partidos políticos do império foi elemento sinalizado por Emília Viotti da Costa (2007), ao afirmar que, entre a década de 1850 e 1860, liberal e conservador eram meras etiquetas. Considerando o pragmatismo político dos partidos cearenses, Ana Carla Sabino Fernandes (2004) descreve-os como dotados de uma “fragilidade ideológica”, onde a linha que os dividia era tênue, existindo na prática pontos em comum entre ambos. Nesse sentido interpretativo, durante os anos 1880, esses pontos comuns entre os grupos criaram circunstâncias específicas, onde temporariamente grupos rivais se uniram para disputar eleições. Para a política cearense, os primeiros anos dessa década foram marcados por acordos e desacordos entre os grupos locais e por frequentes trocas de aliança. Em um ano a disputa se dava entre as chapas *Paula-Graúda* e *Pompeu-Miúdos*, no outro, se trocava as posições, ficando as chapas *Pompeu-Graúda*, e *Paula-Miúda* (MONTENEGRO, 1990; MESQUITA, 2021; SILVA, 2025). As circunstâncias ditavam, junto com as desavenças e objetivos, os movimentos políticos de cada grupo.

No ano de 1882, por exemplo, foi publicado em um jornal da Corte um artigo denominado “CEARÁ”, que informava a união entre os liberais do Ceará para a disputa eleitoral para cargos de deputados naquele ano. Em tom de insatisfação, o artigo traz que Graúdos e Miúdos - chamados de *Ibiapaba* e *Aquiraz* - não firmaram acordo e, por isso, haviam perdido distritos eleitorais “eminentemente conservadores” da província.

[...] o partido conservador da capital, entendendo, que as ciscumstancias lhe aconselhavão um expediente novo, que servisse de regra aos actos de sua vida d’ora em diante, constituiu um club politico que <<tem por fim promover nesta provincia — o triumpho legitimo das ideias do partido conservador [...].

A este club já se filião os nomes mais prestimosos do partido [...].

Por nossa parte, segundo o que vemos e ouvimos, não reputamos mais seguro nenhum candidato, *Aquiraz* ou *Ibiapaba*, desde que o Club Conservador lhe negar apoio leal e franco (CEARÁ, 24 de jan. 1882, p. 03).

Há evidente descontentamento com os rumos conservadores da província, marcado pelo forte antagonismo entre os barões que o dominavam. Poucas evidências existem sobre o dito *Club Conservador* criado em Fortaleza¹⁴, mas o relato nos auxilia a entender

¹⁴ Sabe-se que a partir da imprensa local que em 1883, em seu aniversário de fundação, o Club Conservador detinha relação próxima com o Barão de Aquiraz

que as contendas entre os *Ibiapabas* e *Aquirazes* influenciaram nas eleições daquele ano. Ou seja, mencionasse novamente a questão da falta de união.

Políticos conservadores da Corte iniciaram movimentação para solicitar aos conservadores nas províncias auxílio para aumentar as forças do partido na Câmara e no Senado. Dentre esses, citamos aqui João Alfredo Corrêa de Oliveira, Paulino José Soares de Souza e João Maurício Wanderley (o Barão de Cotegipe). Articulados, esse trio passou a atuar nos diferentes pontos do império: Cotegipe e João Alfredo, davam direcionamentos nas províncias do norte; enquanto que Paulino Soares mediava a situação no sul - os dois primeiros eram respectivamente naturais da Bahia e Pernambuco, e o terceiro era do Rio de Janeiro. Esse trio buscou interferir no Ceará, se colocando no meio da disputa entre Ibiapaba e Aquiraz, bem como atuando para minorar a força do Gabinete ministerial de Manuel Pinto de Sousa Dantas (jul/1884–maio/1885), liberal e abolicionista.

É importante mencionar que em meados de 1884, o Ceará já era visto como um modelo abolicionista a ser seguido no império - e também combatido. Foi fundado o jornal *Libertador*; ocorreu a Greve dos Jangadeiros no porto de Fortaleza, parализando o tráfico de escravos e eternizando os nomes de Chico da Matilde, Isaac Amaral e outros abolicionistas cearenses; ao longo dos primeiros anos da década foram fundadas sociedades abolicionistas como a Perseverança e Porvir, Sociedade Cearense Libertadora, Centro Abolicionista Cearense, bem como o grande abolicionista José do Patrocínio visitou a província. E de forma pioneira, o Ceará declarou ter libertado seus escravos no dia 25 de março de 1884 (OLIVEIRA, 1984)

Para o Gabinete Dantas, de política abolicionista, o Ceará era uma “pedra preciosa”. Já para os conservadores mais radicais da Corte, como Cotegipe e Soares, o êxito abolicionista do Ceará não poderia ganhar terreno em outras províncias. Para isso buscaram interferir na província ainda em 1884, meses após a libertação do Ceará..

Pelo vapor passado annunciei a V.Ex. a interferencia em q’ se pensava aqui para o fim de unir-se o partido conservador d’esta provincia.

Hoje assignei com os Sres. Barão de Cotegipe e Conselheiro Paulino uma carta em dous exemplares, os quaes V.Ex receberá uma, e o sr. Barão d’ Aquiraz outra.

A união dos conservadores é de tamanha conveniencia e tam natural q sejam quaes forem as queixas e ressentimentos antigos [...] quero esperar que V.Ex. e o Sr. Aquiraz não terão dificuldade em entender-se

o bem do partido, restabelecendo-se a paz, harmonia e solidariedade cuja interrupção nos tem enfraquecido e prejudicado.

Pela minha parte, continuo a torcer[...] e não poupei esforço [...] para que esse desideratum se realize.

[...]

Alem d'isto, V.Ex percebe que o governo em todas as outras provincias procura adquirir força á custa dos conservadores, e não é justo q no Ceará possa obtel-a com apoio d'elles.

Sejam quaes forem os motivos apreciados [...] elles são [...] m.to prejudiciaes á força do partido [...]

Com estas convicções, feitas em particular, e em toda a confiança da amizade, conclúo pedindo a V.Ex q me avise pelo telegrapho [...] (OLIVEIRA, 20 de ago. 1884).

A carta de autoria de João Alfredo foi enviada tanto ao Barão de Ibiapaba como ao Barão de Aquiraz, como a materialização do desconforto da Corte com as divergências locais. Afinal, fala-se em uma possível interferência, bem como na superação dos problemas, seja lá quais eles fossem. A união dos conservadores do Ceará deveria ser algo natural e de grande ajuda para a nação.

Ao se aproximar a eleição, o Barão de Cotegipe, se correspondeu com o Barão de Aquiraz, direcionando-o para proceder no terreno das alianças e mencionando sobre as ideias de união. O texto teria sido publicado no jornal *Pedro II*.

O bem publico exige o sacrificio de qualquer pessoal [...] não duvidamos em aconselhar e instar para que na proxima eleição procedam de comum accordo, o qual será facil, desde que não tenham em vista senão as conveniencias da politica geral, de cuja direcção não podem eximir-se os partidos provinciaes.

Circunstâncias especiais ha, em que concecução de um de um resultado vantajoso – n'uma situação dada – **póde-se abrir uma exepção, combinando-se os esforços do proprio partido com os de outro [...]**

Tal é em nosso parecer o que se realiza n'essa provincia. **Os conservadores e os deputados liberaes, tendo por chefe o conselheiro Rodrigues, votaram coherentes contra o governo, e hão de votar se forem reeleitos.**

Um accordo delles connosco é conveniente; mas para ser efficaz - é mister que primeiro os conservadores estejam unnidos, e estarão unnidos desde que V.Exc. e o Sr. Barão de Ibiapaba o estejam.

Temos visto com pezar a divergencia de Vs. Excs.: ella nos colloca em difficil posição - em relação a politica da provincia (IBIAPABA, 19 set. 1884).

Telegrama - Barão de Aquiraz

somos todos concordes mantenha união Paulas, pode autorizar nossa opinião com circulares. Insista por si que Ibiapaba concorra igualmente; **liga conservadora governo injustificável**.

Cotegipe. >> (IBIAPABA, 19 set. 1884).¹⁵

Inicialmente de teor confidencial, é possível que as cartas tenham sido publicadas por Aquiraz com o intuito de forçar Ibiapaba a aceitar as recomendações advindas da Corte. Pode-se verificar, a partir das fontes apresentadas, que para os conservadores da Corte a aliança entre Ibiapaba e os Pompeus deveria ser desfeita, haja vista que se ligava a uma ala liberal que seguia os ideais abolicionistas do gabinete que se queria derrubar.

O trio de conservadores da Corte defendia a união entre Graúdos, Miúdos e Paulas (que haviam votado contra o Projeto nº 48 em 15 de junho), o que se convencionou chamar de “Tríplice Aliança”. Na prática, esse conchavo seria formado com o objetivo de minorar a influência do Ministério Dantas no Ceará e retirar os liberais Pompeus do centro das decisões. Ou seja, a Tríplice, além de ser instrumento de união conservadora no Ceará, seria ao mesmo tempo um mecanismo anti abolicionista após o emblemático 25 de março.

No início de outubro, em correspondência, o Barão de Aquiraz informava à João Alfredo que o panorama de união com os Graúdos era o “mais hostil possível” (AQUIRAZ, 03 out. 1884). Por sua vez, Rodrigues Jr. informava ao mesmo destinatário que Ibiapaba havia recusado a proposta de união e feito “aliança com o governo” (liberais Pompeus) (RODRIGUES JR., 02 out. 1884, p. 01).

Chegada a hora de oficializar as chapas para a eleição, estavam de um lado, Pompeus e Graúdos (Chapa Libertadora) e do outro Paulas e Miúdos (Chapa Negreira). Nessa configuração foi disputada no Ceará a eleição de dezembro de 1884. A Chapa Libertadora venceu na maioria dos distritos eleitorais, mas os membros da Chapa negreira utilizaram da estratégia de invalidar os diplomas de seus adversários apontando problemas durante as eleições, fazendo que Antônio Rodrigues Júnior se tornasse um dos eleitos (CÂMARA..., 1885, v. 2, p. 1).

Se para Angela Alonso (2015) às eleições ocorridas em 1884 foram uma espécie de plebiscito sobre a abolição onde a população decidiria nas urnas sobre o fim da escravidão,

¹⁵ Os excertos são recortes de jornal anexados em uma carta do Barão de Ibiapaba. Até o momento, não foi possível localizar as tiragens correspondentes, por escrito, se lê na fonte a grafia “Pedro II dia 2 de outubro”. IBIAPABA, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 19 set. 1884, grifos nossos. 1 carta. Disponível: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14667/1/JA_CR_000.516.pdf. Acesso em: 22 mar. 2025.

se naquele momento o Ceará era tido como um modelo abolicionista, pode-se compreender que os embates entre Chapa Negreira e Chapa Libertadora possuem grande simbolismo e importância. Pode-se conjecturar que, aqueles preocupados com as discussões do Projeto nº48, estavam politicamente interessados com o que se passava no Ceará, onde o abolicionismo foi fator preponderante para conformação das chapas eleitorais.

5. A UNIÃO FORMAL DE 1885 E A DESUNIÃO DE SEMPRE

Manuel Pinto de Souza Dantas, chegou em meados de 1885 com sua base partidária desgastada: seu partido estava dividido, era alvo do movimento escravista e pressionado pelos grandes proprietários. Em votação terminada em 52 votos a 50, em uma moção de desconfiança, o Gabinete Dantas foi dissolvido por D. Pedro II em 06 de maio de 1885, deixando o Projeto 48º nas mãos de seu sucessor, José Antonio Saraiva.

Saraiva assumiu o gabinete durante três meses (maio a agosto), tempo suficiente para modificar o projeto de reforma e deixá-lo mais “ao gosto” dos proprietários de escravos, prevendo indenização aos senhores - era um liberal menos comprometido com os debates abolicionistas. Conseguiu aprovação na Câmara, mas renunciou à sua posição. Outro gabinete liberal teria se formado caso João Lustosa da Cunha, o Marquês de Paranaguá, não tivesse recusado o chamado do Imperador. Com isso, D. Pedro II recorreu aos Presidentes da Câmara e do Senado, respectivamente o liberal Fleury e o conservador Barão de Cotegipe, para formar o próximo gabinete.

Visando com que o projeto de lei fosse aceito também no Senado, com maior parcela conservadora, Barão de Cotegipe foi o escolhido pelo Imperador. Seu gabinete foi instalado no dia 20 de agosto, tendo no mês seguinte tornado o Projeto nº48 na Lei 3.270 no dia 28 de setembro de 1885 (LOPES, 2024). A partir desse momento se captou comportamento diferente entre os grupos conservadores do Ceará. Como supracitado, os grupos políticos locais mais próximos de Cotegipe e do pensamento escravista de seu gabinete eram os da coligação Paula-Miúda, enquanto que os Pompeus-Graúdos fizeram parte da política abolicionista do gabinete antecessor. Dessa maneira, os primeiros passaram a ser os grupos governistas, enquanto que estes últimos foram margeados. A dinâmica de poder dos grupos conservadores foi invertida, principalmente com a chegada do novo Presidente da Província, o Desembargador Miguel Calmon du Pin e Almeida, aliado de Cotegipe.

Após a instalação do gabinete Cotegipe, na imprensa ou em discursos no parlamento, era comum apontar os Graúdos como os traidores do conservadorismo, e claro,

das pretensões do gabinete recém-instalado. Rodrigues Jr., por exemplo, chamava-os de abolicionistas fajutos (BRASIL...03 de ago. 1885, p. 88). Na imprensa, os artigos representavam o Barão de Ibiapaba como um político “maquiavélico, sagaz, talleyrandiano, poderoso, bismarckiano”, denominando-o também de “conservador, liberal, abolicionista... ou nada disto, mas no poder sempre” (POLÍTICA..., 25 set. 1885, p. 01).

Passados os primeiros meses de Cotegipe à frente do ministério, pode depreender-se que a conservadora foi novamente ventilada entre os conservadores do Ceará. O jornal da Corte, *O Paiz*, ao publicar notícias sobre a província cearense, registrou que os jornais *Constituição*, *Pedro II* e *O Cearense* formavam a base de governo de Calmon du Pin, enquanto que o *Gazeta do Norte* (liberais Pompeus) e *Libertador* (abolicionistas) eram oposição (DE DOMINGO A..., 29 de nov. 1885, p. 02). Em outras palavras, estava formada a Tríplice Aliança.¹⁶

Ibiapaba aceitou ou cedeu à pressão de Cotegipe. Graúdos e Miúdos, históricos rivais, firmaram um manifesto conservador para as eleições senatoriais de 1886.

O partido conservador do Ceará resolveu publicar nos jornais “Constituição” e “Pedro II” a lista dos cinco candidatos que devem merecer a honra de seus sufrágios na próxima eleição que para Deputados Geraes que terá lugar no dia 16 de Janeiro de vindouro.

Consta a lista que tomamos a responsabilidade de oferecer respeitosamente à consideração do eleitorado conservador cearense dos nomes dos seguintes cavallheiros: Bacharel Manoel Ambrosio da Silva Torres Portugal, candidato pelo 1º distrito. Conselheiro Tristão Alencar Araripe, candidato pelo 2º. Barão de Canindé, pelo 3º. Dr. Domingos José Jaguaribe Filho, candidato pelo 7 e Bacharel Alvaro Caminha Tavares da Silva, candidato pelo 8º

[...] no jornal official, encontrara V.Sa, assim a justificação de nosso acto como a demonstração da necessidade de manter na referida eleição a mais rigorosa disciplina partidaria (AQUIRAZ; IBIAPABA, 15 de dez. 1885).

O manifesto publicado de forma conjunta, formaliza a nova postura dos grupos ante o desejo de coesão da Corte. Ibiapaba e Aquiraz pediam à confiança de seus correligionários nos distritos que haviam indicado candidatos pelo bem maior do partido. Contudo, chegando às eleições, o que se pôde verificar na imprensa foi a frequência de acusações de traições e a utilização de ações violentas. Pode-se dizer que a Tríplice

¹⁶ Apesar de não constarem no trabalho, há indícios de que existe um conjunto de cartas e telegramas trocados entre o Barão de Cotegipe e Barão de Ibiapaba. Essa documentação não foi incluída na pesquisa. Sua análise nos faria adentrar ainda mais a relação entre os políticos conservadores do Ceará e a Corte.

Aliança perdurou por algum tempo, mas que na prática não foi funcional como se imaginava, tendo o seu fim de forma rápida (SILVA, 2025)

O próximo Gabinete conservador instalado, com a queda do Gabinete Cotegipe em 1888, foi o de João Alfredo Corrêa de Oliveira, que, diferente de Cotegipe, era um conservador abolicionista e que não concordou com as mudanças que abrandaram o Projeto nº48. No Ceará, os Graúdos eram aqueles ligados a esse último gabinete conservador. Se em 1885 os conservadores estavam unidos, em 1888, conservadores estavam novamente em lados opostos, apesar do mesmo partido.

- Saberá V. Exa. que eu não entendo patavina dos partidos do Ceará...
 - Com efeito...
 - Eles são dois, mas quatro; ou, mais acertadamente, são quatro. Mas dois.
 - Dois em quatro.
 - Quatro em dois.
 - Dois, quatro.
 - Quatro, dois.
 - Quatro.
 - Dois.
 - Dois.
 - Quatro. [...]
 - Há os Rodrigues, os Paulas, os Aquirases, os Ibiapabas; há os...
- (BONS DIAS, 04 de maio de 1888, p. 02)

Machado de Assis, revela a falta de entendimento dos partidos cearenses, os colocando como uma representação dos partidos nacionais naquele momento. Os pedidos de união enviados aos conservadores Ceará, de certa maneira, podem ter sido enviados para as outras províncias como algumas das cartas indicam. Graúdos e Miúdos eram rivais, mas quando necessário, utilizaram do elemento da união conservadora, para estar no poder como grupo governista. Os Graúdos rechaçando a ideia da Corte, os Miúdos concordando e tomando o poder daqueles. Essas posições iam se alternando, ganhando novos tons, mas o poder era o que se queria.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Viu-se que o conservadorismo no Ceará, possuiu diferentes contextos de configuração, onde ora esteve no poder e ora foi necessário adaptar-se aos momento político para continuar no poder , ou pelo menos disputá-lo. Graúdos e Miúdos, os dois grandes grupos do conservadorismo local, tinham como elementos de suas interações cotidianas as disputas e acusações.

Fato pouco estudado na historiografia local, foram as solicitações de união feitas a esses grupos rivais nas décadas de 1870 e 1880. Entre a imperante divisão partidária e os curtos momentos de união entres os conservadores do Ceará, há elementos que merecem análise e que se ligam há alguns dos principais núcleos decisórios da política imperial, como os gabinetes ministeriais de Dantas e Cotegeipe, por exemplo.

Por diferentes momentos, Graúdos e Miúdos se colocaram entre a Corte e a Província. Se por um lado a Corte buscava impor seus anseios pela centralização e condução da crise política do império, por outro lado, os líderes políticos da segunda buscavam mediar seus interesses, de seus grupos com o bem geral do partido. Não é pretensão desta pesquisa ainda em desenvolvimento, apontar que as disputas internas do partido conservador do Ceará interferiram na política nacional do império, mas sim que, direcionar o olhar para a interação pormenorizada entre indivíduos e grupos políticos pode ampliar ângulos ainda não vistos sobre a política oitocentista brasileira.

REFERÊNCIAS

A CONSTITUIÇÃO, **A Constituição**, Fortaleza, ano II, nº 269, 05 de dez. 1865, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/235334/592>. Acesso em: 12 jun. 2025

ALONSO, Angela. **Flores, Votos e Balas**: o movimento abolicionista brasileiro (1868–88). São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

AQUIRAZ, Barão de; IBIAPABA, Barão de. **Manifesto do Partido Conservador do Ceará**, Acervo do Instituto do Ceará, 1885.

AQUIRAZ, Barão. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 03 out. 1884. 1 carta. Disponível em:

https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14658/1/JA_CR_000.507.pdf. Acesso em: 06 abr. 2026.

BARMAN, Roderick J. **Imperador cidadão**. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

BARROS, José D'Assunção. **O jornal como fonte histórica**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2023.

BARROSO, José Parsifal. **Uma história da política do Ceará (1889 - 1854)**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 1984.

BONS DIAS, **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, ano XIV, nº 125, 04 de maio de 1888, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/103730_02/13728. Acesso em: 30 jun. 2026.

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**, Rio de Janeiro: Typographia Nacional, Sessão em 03 de agosto de 1885. Vol. IV, p. 88. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/132489/83927>. Acesso em: 29 abr. 2026.

CÂMARA dos seputados. **Annaes da Câmara dos Srs. Deputados do Império do Brazil**. Primeira sessão ordinária da decima nona legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885, v. 2. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/29399>. Acesso em: 25 abr. 2026

CARREIRA, Liberato de Castro. **Reacção do Partido Conservador na provincia do Ceará em 1868**. Rio de Janeiro: Typ. Americana, 1869, p. 20. Disponível: <https://archive.org/details/reacodoparti00carr/mode/2up>. Acesso em: 15 jun. 2026.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção da ordem: a elite política imperial**. Teatro de Sombras: a política imperial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CEARÁ. **Jornal do Commercio**, Rio de Janeiro, ano LXI, nº 24, 24 de jan. 1882, p. 03. Disponível em: http://memoria.bn.gov.br/docreader/364568_07/4855. Acesso em: 22 dez. 2025.

COSTA, Emília Viotti da. **A abolição**. 9ªed, São Paulo: Editora UNESP, 2010.

COUSAS e lousa, **O Cearense**, Fortaleza, ano XXV, nº 06, 21 de jan. 1872, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709506/9742>. Acesso em: 9 jan. 2026.

DE DOMINGO a domingo, **O Paiz**, Rio de Janeiro, ano II, nº 331, 29 de nov. 1885, p. 02. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/178691_01/1762. Acesso em: 02 maio 2025.

ELEIÇÕES para deputados, **A Constituição**, Fortaleza, ano IX, nº 187, 23 de dez. 1871, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/235334/2278>. Acesso em:

FARIAS, Airton. **História do Ceará**. 7. ed rev. e ampl. Fortaleza : Armazém da Cultura, 2015.

FERNANDES, Ana Carla Sabino. **A imprensa em pauta**: entre as contendas e paixões partidárias dos jornais Cearense, Pedro II e Constituição na segunda metade do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza (CE), 2004.

FERRARO, Alceu Ravello. Brasil: liberalismo, café, escola e voto (1878-1881). **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v. 26, n. 03, dez. 2010, p. 219-248. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/vXyflCd7vqZ68LdmzHvFGbq/?lang=pt>. Acesso em: 30 jun 2026.

FERRAZ, Sérgio Eduardo. A dinâmica política do Império: instabilidade, gabinetes e Câmara dos Deputados (1840–1889). **Revista de Sociologia e Política**, v. 25, n. 62, jun. 2017, p. 73 e 74. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/KSPNTdZ3rJ7tBMKvZNdDfqs/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 mar. 2026.

FREIRE, Joaquim da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Jeronymo Martiniano Figueira de Mello. Fortaleza, 23 nov. 1870, p. 01 e 02. 1 carta. Fundação Biblioteca Nacional.

FREIRE, Joaquim da Cunha. [Correspondência]. Destinatário: Jeronymo Martiniano Figueira de Mello. Fortaleza, 23 dez. 1870. 1 carta. Fundação Biblioteca Nacional.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Do Império à República** (2ªed.). São Paulo: Difel, 1977.

JURAMENTO e posse, Pedro II, Fortaleza, ano XXXV, nº87, 25 de out. 1874, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10934>. Acesso em: 30 jun. 2026.

LOPES, Aristeu. Saraiva, Cotegipe e a lei dos sexagenários: dois presidentes do Conselho de Ministros do Império do Brasil nas páginas da imprensa ilustrada oitocentista do Rio de Janeiro. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, v. 185, n. 495, p. 244–263, 2024. Disponível em: <https://rihgb.emnuvens.com.br/revista/article/view/185>. Acesso em: 2 jul. 2026.

MENEZES, George Rocha. **Lutas políticas e crise social**: a elite política cearense na década de 1870. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Ceará, Departamento de História, Programa de Pós-Graduação em História Social, Fortaleza-CE, 2006.

MONTENEGRO. Abelardo. **História dos partidos políticos cearenses**. Fortaleza: Edições Universidade Federal do Ceará, 1980.

NASCIMENTO, Carla Silva do. **O barão de Cotegipe e a crise do Império**. Dissertação (Mestrado em História das Instituições) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Escola de História, 2012.

NEPOTISMO medonho, **A Constituição**, Fortaleza, ano I, nº 01, 24 de set. 1863, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DOCREADER/235334/1>. Acesso em: 12 jun. 2025.

NOTICIARIO, **O Cearense**, Fortaleza, ano XVII, nº 25 de set. 1863, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/709506/5693>. Acesso em: 05 jan. 2026.

O PEDRO 2º e a Constituição, **A Constituição**, Fortaleza, ano II, nº 159, 20 de jul. 1865, p. 03. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/235334/170>. Acesso em: 10 jan. 2026.

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. [Correspondência]. Destinatário: Barão de Ibiapaba. Rio de Janeiro, 20 de ago. 1884. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13425/1/JA_CE_000.001.pdf. Acesso em: 01 jul 2026

OLIVEIRA, João Alfredo Corrêa de. [Correspondência]. Destinatário: Barão de Taquari. Rio de Janeiro, sem data. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/13564/1/JA_CE_000.140.pdf. Acesso em: 01 jul 2026

OLIVEIRA, João Hipólito Costa de. Cronologia da Abolição no Ceará. **Revista do Instituto do Ceará**, Tomo Especial, 1984, p. 144. Disponível em: <https://www.institutodoceara.org.br/revista/Rev-apresentacao/RevPorAno/1984TE/1984TE-CronologiadAbolicaonoCeara.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2025.

PEDRO II, **Pedro II**, Fortaleza, ano XXXII, nº 08, 12 de jan. 1872, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10059>. Acesso em: 02 jul. 2026.

PEDRO II, **Pedro II**, Fortaleza, ano XXXII, nº 18, 26 de jan. 1872, p. 02. Disponível em: Acesso em: <http://memoria.bn.gov.br/DocReader/216828/10090>. Acesso em: 02 jul. 2026.

PEDROSA, Matheus Monteiro. **Escravidão, publicidade e Parlamento: o encaminhamento da Lei do Ventre Livre de 1871**. Dissertação (Mestrado em História Social do Território) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018.

POLÍTICA graúda, **O Cearense**, Fortaleza, ano XXXIX, nº 189, 25 de set. 1885, p. 01. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/709506/17728>. Acesso em: 30 abr. 2025.

PRESIDENTE do Ceará, **A Constituição**, Fortaleza, ano X, nº 08, 12 de jan. 1872, p. 02. Disponível em: <http://memoria.bn.gov.br/docreader/235334/2321>. Acesso em: 02 jul. 2026.

RODRIGUES JR., Antonio Joaquim. [Correspondência]. Destinatário: João Alfredo de Oliveira. Fortaleza, 02 out. 1884, p. 01. 1 carta. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/14511/1/JA_CR_000.362.pdf. Acesso em: 15 abr. 2025.

SILVA, Alisson Freitas Da. **O líder da “graudagem”**: trajetória política de Joaquim da Cunha Freire, o Barão de Ibiapaba (Ceará, 1853 - 1892). Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual do Ceará, Programa de Pós-Graduação em História, Culturas e Espacialidades, Fortaleza-CE, 2025.

STUDART, Newton Jacques. **Barões do Ceará**. Fortaleza: IOCE, 1985.